

II.10. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS E PROJETOS/PLANOS DE CONTROLE E MONITORAMENTO

1. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

A atividade de perfuração marítima nos Blocos BAR-M-215, BAR-M-217, BAR-M-252, BAR-M-254, BAR-M-298, BAR-M-300, BAR-M-340, BAR-M-342, BAR-M-344, BAR-M-388, localizados na Bacia Marítima de Barreirinhas, incorpora em sua concepção uma série de medidas de controle que contribuem para a minimização dos impactos passíveis de ocorrência.

O **Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA)** propõe inspeções visuais a serem realizadas antes do início e após o término da perfuração do poço, realizada por meio de ROV. O objetivo dessas inspeções é identificar a ocorrência de formações recifais de águas profundas no entorno da locação. Caso tais formações sejam identificadas, o IBAMA será comunicado e o poço será realocado. Esse projeto prevê, também, a observação e registro da fauna marinha avistada no entorno da unidade de perfuração.

O controle e monitoramento do uso e descarte de fluidos de perfuração e complementares (desde a aquisição de produtos químicos até a disposição final) são tratados no **Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos (PMFC)**. Esse Projeto aborda, além do controle e monitoramento da volumetria de descartes, uma série de análises e controles visando acompanhar e avaliar os resultados reais da atividade e sempre que possível minimizar os impactos ambientais gerados.

O **Plano de Manejo de Fauna na Plataforma - PMFP** irá prever ações de atendimento e manejo emergencial de animais que necessitem de assistência. Esse Projeto também prevê o envio de carcaças (quando viável logisticamente) para instituições habilitadas a avaliar a *causa mortis* dos indivíduos, sempre que possível.

Em atendimento às Resoluções CONAMA Nº 357/05, 410/09 e 430/11, prevê-se a adoção de medidas relacionadas ao despejo de efluentes no ambiente marinho, quais sejam: tratamento de esgoto sanitário por meio da Unidade de Tratamento de Efluentes (UTE), tratamento da água oleosa por meio do Separador Água-Óleo (SAO), trituração de restos de alimentos, etc. Os resíduos sólidos produzidos receberão manejo e destinação final adequado às suas tipologias e classificações. Dessa forma, a intensidade dos possíveis impactos sobre a qualidade das águas, dos sedimentos, do ar, e conseqüentemente sobre a biota marinha será reduzida. Essas medidas de controle são escopo do **Projeto de Controle da Poluição (PCP)**.

A divulgação da atividade, de seus impactos ambientais e das medidas mitigadoras para as comunidades da área de influência são parte do **Projeto de Comunicação Social (PCS)**. Já a educação ambiental dos trabalhadores envolvidos na atividade – tanto os da unidade de perfuração, quanto os da base de apoio e embarcações de apoio – visando proporcionar a todos a possibilidade de adquirir conhecimentos, atitudes, interesse e habilidades necessárias à preservação do meio ambiente, é contemplada pelo **Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT)**.

Vale ressaltar que a BG contará com sistemas adequados para controle e combate à emergência, conforme apresentado no **Plano de Emergência Individual (PEI)** – item II.13 deste Estudo de Impacto Ambiental.

A seguir é apresentada uma tabela vinculando os Projetos Ambientais propostos com os impactos que serão contemplados pelos mesmos, bem como a forma de mitigação e/ou controle de cada Projeto.

TABELA II.10.1 – Projetos Ambientais e Impactos Associados

Projeto	Impactos Associados	Forma de Mitigação
Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA)	<ul style="list-style-type: none"> - Variação da qualidade dos sedimentos - Interferência nas comunidades bentônicas - Interferência com mamíferos marinhos e tartarugas marinhas - Interferência com a avifauna - Interferência com a ictiofauna - Atração de organismos 	<p>Mitigação dos impactos através da inspeção visual com ROV, no entorno do poço, e da observação e registro da fauna marinha no entorno da unidade de perfuração (para avaliar alterações comportamentais).</p> <p>→ Caráter Preventivo e de Monitoramento → Eficácia Baixa no que se refere à mamíferos, aves e peixes e atração de organismos e Eficácia Alta para os demais compartimentos (sedimento e bentos).</p>
Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos (PMFC)	<ul style="list-style-type: none"> - Variação da qualidade das águas - Variação da qualidade dos sedimentos - Interferência nas comunidades planctônicas - Interferência nas comunidades bentônicas 	<p>Mitigação dos impactos através do controle da fonte de poluição – cascalho e fluido de perfuração.</p> <p>→ Caráter Preventivo → Eficácia Alta</p>
Plano de Manejo de Fauna na Plataforma PMFP	<ul style="list-style-type: none"> - Interferência com mamíferos marinhos e tartarugas marinhas - Interferência com a avifauna - Atração de organismos 	<p>Mitigação dos impactos por meio de implementação de procedimentos de manejo e atendimento emergencial de fauna nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Animais feridos, debilitados ou que necessitem de atendimento especializado, ou ainda aquelas que venham a óbito, encontradas na unidade de perfuração; (ii) Animais saudáveis, cuja presença na plataforma resulte em risco de segurança para os mesmos ou para a operação; (iii) Aglomeração incomum de animais que resulte em risco de segurança para as mesmas ou para a operação; (iv) Presença errática de espécies (domésticas ou silvestres) cuja ocorrência não inclua a área da unidade de perfuração, e o isolamento da região não permita o retorno do animal ao seu habitat. <p>→ Caráter Preventivo e Corretivo → Eficácia Baixa a Média</p>
Projeto de Controle da Poluição (PCP)	<ul style="list-style-type: none"> - Variação da qualidade das águas - Variação da qualidade do ar - Contribuição para o efeito estufa - Interferência nas comunidades planctônicas - Atração de organismos 	<p>Mitigação dos impactos através do controle e manejo das fontes de poluição – emissões gasosas, efluentes líquidos e resíduos sólidos – e do adequado transporte e disposição final dos resíduos desembarcados em terra.</p> <p>→ Caráter Preventivo → Eficácia Média a Alta</p>

Projeto	Impactos Associados	Forma de Mitigação
Projeto de Comunicação Social (PCS)	<ul style="list-style-type: none"> - Geração de expectativas - Interferência na atividade pesqueira ocasionada pela criação de zonas de segurança - Aumento do risco de acidentes envolvendo embarcações pesqueiras com área de atuação ampla - Aumento do risco de acidentes envolvendo embarcações pesqueiras com área de atuação restrita à Baía de São Marcos - Aumento da pressão sobre o tráfego marítimo 	<p>Mitigação dos impactos negativos através da divulgação da atividade e de seus possíveis impactos às comunidades envolvidas.</p> <p>Esse projeto tem como objetivo, também, a divulgação dos benefícios da atividade.</p> <p>→ Caráter Preventivo → Eficácia Média</p>
Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT)	<ul style="list-style-type: none"> - Variação da qualidade das águas - Interferência com as comunidades planctônicas - Interferência com mamíferos marinhos e tartarugas marinhas - Interferência com a avifauna - Atração de organismos - Interferência na atividade pesqueira ocasionada pela criação de zonas de segurança - Aumento do risco de acidentes envolvendo embarcações pesqueiras com área de atuação ampla - Aumento do risco de acidentes envolvendo embarcações pesqueiras com área de atuação restrita à Baía de São Marcos - Aumento da pressão sobre o tráfego marítimo 	<p>Mitigação dos impactos através da sensibilização dos profissionais envolvidos na atividade sobre os riscos e danos ambientais potenciais da atividade e através da orientação dos mesmos, no que diz respeito, por exemplo, ao manejo adequado de resíduos e efluentes e quanto à necessidade de navegar em baixa velocidade na região costeira.</p> <p>→ Caráter Preventivo → Eficácia Média</p>

Além da implementação dos Projetos Ambientais, é importante que sejam seguidas, pelas embarcações envolvidas na atividade, todas as normas de navegação estabelecidas pela Marinha do Brasil, bem como, que sejam adotadas as melhores práticas de utilização das vias terrestres e aéreas, de acordo com os regulamentos legais estabelecidos por legislação específica.

Vale mencionar que os impactos positivos relacionados à atividade poderão ser potencializados através da contratação de mão de obra não especializada e de serviços nos municípios integrantes da Área de Influência da atividade, sempre que possível.

2. PROJETOS/PLANOS DE CONTROLE E MONITORAMENTO

No que diz respeito aos Projetos e Planos de Controle e Monitoramento, estamos apresentando, nos itens subsequentes, os seguintes Projetos Ambientais:

- II.11.1 – Projeto de Monitoramento Ambiental - PMA;
- II.11.1.1 – Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalho - PMFC;
- II.11.3 – Plano de Manejo de Fauna na Plataforma - PMFP;
- II.11.7 – Projeto de Controle da Poluição - PCP;
- II.11.8 – Projeto de Comunicação Social - PCS;
- II.11.9 – Projeto de Treinamento Ambiental dos Trabalhadores – PEAT.

Com relação aos demais Projetos Ambientais - II.10.2 - Projeto de Caracterização e Monitoramento o Nível de Ruídos; II.10.3 – Projeto de Monitoramento de Aves; II.10.5 - Projeto de Monitoramento de Praias; e II.10.6 – Projeto de Monitoramento Aéreo - vale mencionar que, em abril de 2014 a CGPEG/DILIC/IBAMA emitiu uma Minuta do Termo de Referência (TR) para a Atividade de Perfuração da BG, na Bacia de Barreirinhas, para consulta pública. Nesta ocasião, a BG encaminhou a CGPEG/IBAMA, documento com solicitações de esclarecimentos referentes ao conteúdo do TR, observações e questionamentos (Protocolo 02022.004057/14-69 em 12/05/2014). Neste mesmo documento, a BG manifestou-se quanto a inclusão precoce de alguns projetos sem que houvesse sido conduzida a identificação dos Impactos e as respectivas análises pertinentes ao estudo em questão.

Vale ressaltar, que depois de concluída todas as etapas do estudo, a BG proporcionou um amplo debate com seus consultores sobre os novos projetos que eram propostos precocemente no TR, tendo havido consenso sobre a retirada de alguns, por não ter sido encontrado nexo-causal com impactos que justificassem sua manutenção. Destaca-se, que àqueles projetos onde equipe de consultoria e empreendedor não obtiveram consenso, decidiu-se pela manutenção destes.

Especificamente, no que se refere ao Plano de Compensação da Atividade Pesqueira, também não foram identificados impactos que justificassem o desenvolvimento do Plano.

Assim, no presente documento, estão sendo apresentadas justificativas para o não desenvolvimento de cada um desses Projetos onde não se encontrou nexo-causal para sustentação do mesmo dentro do presente estudo na qualidade de medida mitigadora, de monitoramento, controle ou de compensação.